

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Desde a tomada de posse deste Governo temos trabalhado intensamente a fim de garantirmos os nossos compromissos de legislatura com os Madeirenses e Portosantenses.

Num quadro de conhecidas dificuldades económicas e sociais estabelecemos metas e objectivos de interesse comum.

E uma linha de rumo credível para o futuro da Região Autónoma.

Não andamos ao sabor do vento.

Tomamos - e vamos continuar a tomar – as decisões necessárias à defesa da res pública.

Não nos perturbamos com incompreensões ou contestações sectoriais que amiúde não representam o sentir da maioria da população;

Temos a humildade de ouvir os cidadãos;

Temos a sensatez de reconhecer e corrigir os nossos erros;

Temos a cultura democrática de acolher boas ideias de outros sectores políticos desde que não desvirtuem o nosso programa político ou impliquem desequilíbrios orçamentais.

Temos a capacidade de estabelecer consensos políticos desde que estes se afigurem primaciais na defesa do nosso Povo e da nossa Região.

Acima – muito acima – dos interesses partidários estão os interesses da nossa Terra, da nossa Autonomia e dos nossos Concidadãos.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Não temos medo de ser aquilo que somos: um governo social-democrata e autonomista apto a enfrentar os desafios do século XXI.

Nem temos receio de defender aquilo em que acreditamos: uma sociedade em que a justiça e coesão social é absolutamente compatível com o mercado e a liberdade individual e iniciativa de cada cidadão.

A vida política está cheia de contingências.

Mas devemos estar sempre atentos ao que é importante.

Em matéria de políticas públicas estamos a cumprir de forma acelerada o nosso programa.

E estes primeiros meses de exercício foram exemplares neste sentido.

Numa legislatura que terá quatro anos, neste novo ciclo político, há inúmeros compromissos que já foram concretizados e resolvidos.

Há, quem, por conveniência política, não queira reconhecer esta verdade.

Mas a verdade em política, é sempre vitoriosa, e existe apenas para aqueles que de boa-fé estão dispostos a ouvi-la.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Tomemos como exemplo os avanços que em pouco tempo se alcançou em termos de reforma do sistema político regional.

É evidente o prestígio e a credibilidade que hoje esta Ilustre Casa e os Senhores Deputados gozam em termos de opinião pública.

Nada que se possa comparar com o passado recente.

A redução do financiamento partidário em 40%; as reformas consignadas no regimento no sentido do reforço do papel fiscalizador do Parlamento; maior pluralismo na composição dos órgãos e na distribuição dos tempos pelos partidos, a presença assídua do Governo e do seu Presidente nesta Assembleia, são apenas alguns bons exemplos, da forma, como todos conseguimos, transformar o órgão principal da nossa

Autonomia Política, no centro privilegiado do debate político regional.

Nesse sentido, todos nós nos devemos sentir orgulhosos deste grande objectivo político que alcançamos.

Acresce os trabalhos em curso da revisão do Estatuto Político Administrativo que levará, estou certo, a reformas importantíssimas e benéficas para o reforço da nossa Autonomia e de novos instrumentos ao serviço do nosso desenvolvimento.

De resto;

A postura de diálogo que assumimos desde o início com os órgãos do Estado e, designadamente, com o Governo da República permitiu-nos em muito pouco tempo resolver um conjunto de matérias de extrema importância para a vida dos Madeirenses e Portosantenses.

Foi Aprovado o IV Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira, até 2027, com óptimas condições de atractividade, garantindo para o futuro uma receita fiscal

substancial para a Região fazer face às suas despesas. Em 2014 foi 134 milhões de euros de receita, valor que nos próximos anos será certamente reforçado.

Foi desbloqueado, em benefício dos cofres regionais, a verba do Fundo de Coesão num valor superior a 43,8 Milhões de Euros.

Foi aprovada uma adenda ao contrato celebrado entre o Estado e a Região que prorroga o prazo de amortização do empréstimo em mais sete anos, de 2033 para 2040, com o alívio do Orçamento Regional em 24 Milhões de Euros por ano.

Reforçamos as verbas do Estado para a Segurança Social da Madeira, em mais um 1.700 M.

Aprovamos o subsídio social de mobilidade para as ligações aéreas entre o Continente e a Madeira criando um tecto máximo de tarifa de 86 euros para residentes e de 65 euros para estudantes, inscrevendo o Estado Central uma verba de cerca de 11 milhões de euros para o efeito;

Conseguimos a entrada de uma nova companhia Everjets na rota Madeira-Continente, aumentando a concorrência e a oferta nas alturas de maior procura. Esta é a sexta companhia a operar para a Madeira dentro do território nacional (TAP, Easyjet, Transavia, SATA, Aerovip).

Conseguimos, fruto das negociações com a ANA, que o Aeroporto da Madeira tivesse para o próximo ano uma redução das taxas aeroportuárias de 1,02%, o único aeroporto a nível nacional em que isso aconteceu.

Conseguimos aprovar a nível nacional a legislação necessária para reforço da competitividade do MAR (Registo Internacional de Navios da Madeira), que tem crescido exponencialmente nos últimos meses, sendo já o quarto registo da União Europeia no número de navios e o terceiro em termos de tonelagem de arqueação bruta.

Outorgamos com o Ministério da Saúde um protocolo de cooperação importantíssimo que permite a concretização na RAM

e mais concretamente em benefício do IA-Saúde, de sistemas de informação, soluções tecnológicas e plataformas informáticas de apoio à gestão, contratualização e financiamento da saúde.

Outorgamos por três anos um protocolo com o Centro Académico de Medicina de Lisboa, para reforço dos nossos serviços, de Oncologia com mais médicos especialistas e apoios na área da investigação.

Com o acordo que celebramos com a ADSE, esta está apta a financiar a comparticipação das despesas em regime livre directamente aos beneficiários da Região.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Quero reiterar a V. Exas. que este clima de diálogo e cooperação institucional manter-se-á com o novo Governo da República.

Já tive ocasião de expressar pessoalmente ao novo Primeiro-Ministro Dr. António Costa esta nossa intenção, sendo que no início da próxima semana iremos efectuar a nossa primeira reunião de trabalho.

Estabilidade, Confiança, Clareza e um rumo definido para o futuro da nossa Região são os pilares da nossa política.

Muitas das medidas que entretanto tomamos terão efeitos directos e indirectos no próximo ano de 2016.

Quero lembrar a V. Ex^{as} que o nosso Governo reduziu em 280 Milhões de Euros, depois de árduas negociações, o valor a pagar no âmbito das parcerias público privadas rodoviárias, conforme nosso compromisso;

Que as contas públicas da Região são hoje objecto de uma publicação trimestral com toda a transparência;

Que todas as amortizações da dívida comercial previstas estão a ser realizadas;

Que o Jornal da Madeira está a ser reestruturado para futura privatização.

Que no domínio do Turismo duplicamos as verbas afectas à promoção (8 milhões de euros) e conforme também prometido concentramos numa única entidade (AP Madeira) a promoção Turística da Região;

2015, foi o melhor ano turístico de sempre.

Subiram as receitas, as taxas de ocupação e o rendimento por quarto (REV PAR) relativamente ao ano anterior.

Iniciamos a inversão da sazonalidade no Porto Santo.

Estamos a finalizar o processo de Consulta e Análise da potencial ligação marítima (ferry) entre a Madeira e o Continente.

Aguardamos a autorização de Bruxelas para introduzir – conforme nossa promessa – o subsídio às viagens aéreas e marítimas entre a Madeira e o Porto Santo.

O Novo Hospital foi assumido como uma prioridade regional e o processo está a seguir o cronograma previamente estabelecido por este Governo.

Aprovamos nesta Assembleia o programa de recuperação de listas de espera (CIGIC) no Sistema Regional de Saúde.

Na Educação, o ano escolar começou sem atrasos ou problemas, reorganizamos a rede escolar em 20 estabelecimentos sem perturbações, introduzimos as 35 horas semanais para os docentes, suspendemos a componente externa da avaliação dos professores, e reduzimos o apoio ao desporto profissional em meio milhão de euros para reforço da Acção Social Escolar.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Vivemos dias de incerteza no plano Europeu.

O País atravessa ainda uma situação muito precária a nível das suas finanças públicas.

Por isso temos de ser, simultaneamente, arrojados e prudentes.

Arrojados porque temos de melhorar as condições para a Região acelerar o processo de recuperação da sua economia.

Prudentes porque não podemos anunciar decisões irresponsáveis ou populistas que apenas contribuiriam, a prazo, para gerar novas disfuncionalidades e encargos em prejuízo da Região e do seu Povo.

A Cultura da responsabilidade é assim uma exigência para todos nós.

Após a saída do PAEF em 31 de Dezembro deste ano.

Temos a obrigação de continuar a reconstruir a sustentabilidade financeira da Região, consolidando as nossas contas públicas e o equilíbrio de encargos entre gerações.

A Região recuperou a sua credibilidade junto das instituições, dos cidadãos e dos mercados.

Conseguiu financiar-se, sem aval ou tutela do Estado, para o próximo ano, no valor de 185 Milhões de Euros com uma taxa de juro de 1,56%.

Há uns tempos atrás poucos acreditavam que a Região o podia fazer.

Mas só o conseguiu porque hoje a Região é vista como uma entidade pública que inspira confiança, que age como pessoa de bem, que cumpre as suas obrigações e que honra os contratos com os seus credores e fornecedores.

É justamente por isso que este Orçamento da Região tem o rigor e solidez das finanças públicas como pilar indispensável das políticas a prosseguir.

Mas não só;

Este é também um Orçamento eminentemente Social.

As consequências da crise que assolou o País e a Região, sabemos bem, exigem um renovado compromisso na área social.

É quando os cidadãos e as famílias estão mais vulneráveis que mais precisam do apoio das instituições públicas.

Este apoio existe, neste Orçamento, quer pelo lado da despesa quer pelo lado da receita.

Só a Educação e a Saúde representam 41% da despesa neste Orçamento para 2016.

336 ME na Saúde

339 ME na Educação

77% de receita fiscal prevista para o próximo ano.

São valores substanciais e significativos

Bons serviços de Educação e de Saúde, são bases imprescindíveis da justiça e coesão social.

A que acresce os valores consignados para a construção das novas Escolas e novos Centros de Saúde.

E ainda o programa de apoio ao Emprego para o próximo ano cujo montante ascende a 22,6 Milhões de Euros.

Neste Orçamento a despesa social representa assim 49% da despesa global.

Em áreas como o combate à pobreza, desemprego, exclusão, apoio à inclusão e às instituições de solidariedade.

Aguardamos o Orçamento de Estado.

Mas estimamos que os valores disponíveis para a Segurança Social da Madeira serão substanciais e nunca inferiores aos deste ano.

E se é assim pelo lado da despesa, 49% do Orçamento.

Este Governo, pelo lado da receita, antecipa o alívio fiscal com uma redução do IRS para as famílias de mais baixo rendimento.

Damos assim início a um compromisso de redução progressiva da carga fiscal.

E reiteramos que temos todas as condições para acomodar as anunciadas reposições dos salários da função pública e potencial baixa do IVA cujo valor será apurado após aprovação do Orçamento do Estado para 2016.

A reposição do complemento remuneratório de insularidade para o Porto Santo será também mais uma promessa cumprida deste Governo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

A terceira componente da nossa estratégia assenta na criação de uma ambiente favorável ao investimento e à criação de riqueza e de emprego.

Para isso temos de contar com empresas dinâmicas e competitivas.

Este objectivo está indiscutivelmente associado a uma formação profissional eficaz e a um ensino universitário, científico e tecnológico apto a interagir com o mundo empresarial.

Felizmente, como se constatou na recente visita de S.Ex^ª. o Senhor Presidente da República, isso já acontece na Madeira em diversas áreas económicas, sendo essa componente de investigação/ciência/tecnologia essencial na criação de valor acrescentado nos serviços ou produtos produzidos, desde a indústria, passando pela Aquicultura, Turismo, Designe, Agricultura, exportação vinícola e empresas tecnológicas.

Aliás, cumpre salientar o trabalho que vem sendo realizado pelo CEIM (Centro de Empresas e Inovação da Madeira) que recentemente venceu o prémio de Incubadoras de Start Ups do ano 2015 ou ainda o meritório trabalho realizado pelo MIT, ou ainda a excelência dos cursos de engenharia informática ministrados pela Universidade da Madeira.

No momento em que se assiste a um retomar do investimento na Região, o Governo Regional rapidamente concretizou novos programas de apoio à pequenas e médias empresas, num valor total de 112 Milhões de Euros.

(Valorizar 20/20; Internacionalizar 20/20; Empreendedor 20/20 e Funcionamento 20/20).

A este conjunto de apoios juntamos um novo sistema de incentivos á produção de conhecimento científico e tecnológico PROciência 20/20 no valor de 16 milhões de Euros.

O PRODERAM 2020 no valor de 179 milhões de euros já foi apresentado.

E no Programa operacional Mar 2020, a Madeira dispõe 38 milhões de euros para investimentos na área das pescas, aquacultura, indústria transformadora e equipamentos.

Todos estes programas serão rigorosamente aplicados na valorização do nosso tecido produtivo.

Acresce, como já disse, na captação de investimento estrangeiro a relevância do CINM e do Mar (Registo de Navios) nos próximos anos.

Vamos apresentar no início do próximo ano um código fiscal para o investimento com relevância na captação e fixação de empresas tecnológica na Ribeira Brava e deslocalização ou fixação de investimentos em determinadas áreas da Região que sofrem problemas de desertificação ou de dupla insularidade, como é o caso do Porto Santo.

Posteriormente iremos apresentar um modelo regional para a fixação e captação de residentes não habituais, com efeitos multiplicadores na nossa economia e no emprego.

Para além das obras que estão adstritas à Lei de Meios; vamos concretizar obras de reabilitação e conservação da rede viária regional, consolidação de taludes, escolas e equipamentos de saúde; e obras nas redes de abastecimento de água potável e de rega, novas ETARES, e reabilitação do nosso património natural e edificado.

O Ambiente e os Recursos Naturais são áreas cruciais para a preservação e valorização do nosso ecossistema, património natural e ecológico e qualidade de vida.

Iremos manter e aprofundar as políticas do Governo no âmbito da Floresta e Conservação da Natureza, Ambiente e Ordenamento do Território, Mar; Águas e Resíduos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Como muitos eu vivi a transformação do meu próprio País e da minha Região; feita por uma geração comprometida com as suas circunstâncias históricas.

Qualificação: Educação e Formação. Finanças Públicas Consolidadas. Revitalização do Tecido Empresarial. Promoção do Investimento. Competitividade Fiscal. Internacionalização, Inovação e Empreendedorismo. Apoios Sociais e desagravamento fiscal progressivo das empresas e famílias. Infraestruturas logísticas de transporte e de comunicação eficazes.

São estes os eixos de actuação para o caminho já iniciado de recuperação económica e social da Região. Acredito na capacidade de trabalho e de iniciativa dos Madeirenses e Portosantenses. Acredito na competência e determinação das novas gerações para ultrapassarem os obstáculos. Devemos ter orgulho no extraordinário progresso económico e social que conseguimos alcançar nas últimas décadas. Mas o Mundo mudou;

o nosso País transformou-se; e os desafios do mercado global em que nos inserimos obrigam a um novo compromisso face aos desafios do futuro. Estou convicto que estamos preparados para os enfrentar, e que daí resultará uma sociedade mais próspera e mais justa em benefício de todos nós.

Aos Senhores Deputados/Madeirenses e Portosantenses
votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo.